

**História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos Livros Didáticos de História do 6º
Ano (2005 a 2014)**

**History of Africa and Afro-Brazilian Culture in the 6th Year History Textbooks (2005
to 2014)**

**Historia de Africa y cultura afrobraseña en libros de texto de historia de 6o año (2005-
2014)**

Recebido: 03/09/2020 | Revisado: 12/09/2020 | Aceito: 16/09/2020 | Publicado: 19/09/2020

João do Carmo Dantas Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5146-1614>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: joaodantascaico2015@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a Lei Federal nº 10.639/03 e o processo de Ensino-aprendizagem através dos livros didáticos de História para o 6º Ano do Ensino Fundamental II, adotados pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Francisco Rafael Fernandes entre os anos de 2005 a 2014, localizada na zona urbana do Município de São Fernando – RN. Destaca o papel do livro didático de História na sala de aula, ressaltando a necessidade das temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira de acordo com as Diretrizes Curriculares desta lei. Neste sentido, o referido artigo tem o objetivo de analisar o contexto histórico do Livro didático de História, buscando entender como a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana são tratadas nesta ferramenta pedagógica, vendo nela a possibilidade do desenvolvimento de um ensino-aprendizagem de qualidade. Logo, aborda-se a questão do Livro didático, apesar de reconhecermos que é um produto baseado nas leis de mercado, é acima de tudo uma ferramenta educacional. Como corpus de análise, trataremos dos seguintes livros didáticos: *Nova História Crítica* (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Geração, 2002); *Projeto Araribá* (Editora Moderna, 2006); *História: Sociedade & Cidadania* (Alfredo Boulos Júnior, Editora FTD, 2009) e *Projeto Radix: História* (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012). Em decorrência disso, ainda somos produtos de uma educação eurocêntrica, onde há a reprodução consciente e inconsciente de preconceitos que permeiam nossa sociedade.

Palavras-chave: África; História; Livro didático; Ensino.

Abstract

This article presents a reflection on Federal Law No. 10,639/03 and the teaching-learning process through history textbooks for the 6th Year of Elementary School II, adopted by the Municipal Elementary School Padre Francisco Rafael Fernandes between 2005 and 2014, located in the urban area of the municipality of São Fernando - RN. It highlights the role of the history textbook in the classroom, emphasizing the need for themes related to Afro-Brazilian culture according to the Curricular Guidelines of this Law. In this sense, this article aims to analyze the historical context of the History Textbook, seeking to understand how Afro-Brazilian and African History and Culture are treated in this pedagogical tool, seeing in it the possibility of developing quality teaching-learning. Therefore, we address the issue of the Textbook, although we recognize that it is a product based on market laws, it is above all an educational tool. As a corpus of analysis, we will deal with the following textbooks: *New Critical History* (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Geração, 2002); *Araribá Project* (Editora Moderna, 2006); *History: Society & Citizenship* (Alfredo Boulos Júnior, Ftd Publishing House, 2009) and *Radix Project: História* (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012). As a result, we are still the product of a Eurocentric education, where there is the conscious and unconscious reproduction of prejudices that permeate our society.

Keywords: Africa; Story; Textbook; Teaching.

Resumen

Este artículo presenta una reflexión sobre la Ley Federal No 10.639/03 y el proceso de enseñanza-aprendizaje a través de libros de texto de historia para el 6o Año de la Escuela Primaria II, adoptado por la Escuela Primaria Municipal Padre Francisco Rafael Fernandes entre 2005 y 2014, ubicada en el área urbana del municipio de San Fernando - RN. Destaca el papel del libro de texto de historia en el aula, haciendo hincapié en la necesidad de temas relacionados con la cultura afrobraseña de acuerdo con las Directrices Curriculares de esta Ley. En este sentido, este artículo tiene como objetivo analizar el contexto histórico del Libro de Texto de Historia, buscando entender cómo se trata la Historia y Cultura Afrobrasia y Africana en esta herramienta pedagógica, viendo en él la posibilidad de desarrollar enseñanza-aprendizaje de calidad. Por lo tanto, abordamos la cuestión del Libro de Texto, aunque reconocemos que es un producto basado en las leyes del mercado, es sobre todo una herramienta educativa. Como corpus de análisis, trataremos los siguientes libros de texto: *Nueva Historia Crítica* (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Gerao, 2002); *Proyecto Araribá* (Editora Moderna, 2006); *Historia: Sociedad y Ciudadanía* (Alfredo Boulos Júnior, Ftd

Publishing House, 2009) y Proyecto *Radix: História* (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012). Como resultado, seguimos siendo el producto de una educación eurocéntrica, donde existe la reproducción consciente e inconsciente de prejuicios que impregnan nuestra sociedad.

Palabras clave: Africa; Historia; Libro; Enseñanza.

1 Introdução

O referido artigo tem o objetivo de analisar o contexto histórico do Livro didático de História, buscando entender como a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana são tratadas nesta ferramenta pedagógica, vendo nela a possibilidade do desenvolvimento de um ensino-aprendizagem de qualidade. Com isso, torna-se possível realizar um trabalho satisfatório pautado no pensamento de Silva (2005) ao afirmar que, “se a história ensinada na escola souber contemplar também a vida dos grupos menosprezados pela sociedade, então, iremos ensinar e aprender a história brasileira intelectualmente realizada”.

No presente trabalho buscamos contribuir para o estudo do ensino afro em sala de aula, compreendendo como a lei 10.639/03 está correlacionada ao livro didático de História. Neste sentido, as temáticas voltadas aos livros didáticos possuem temáticas bem variadas, tendo as obras voltadas ao estudo afro ainda caminhando passo a passo, de forma lenta, e pouco percebido na magnitude docente. Em Nadai (1992) percebemos uma análise sobre a complexidade do ensino de História no Brasil. Além disso, Karnal (2010) nos faz refletir sobre a existência do passado e o papel do historiador. Quanto à compreensão acerca do livro didático Bittencourt (2002) nos revela as forças do mercado que estão presentes na publicação de um livro didático. Paralelamente, o recorte temporal utilizado neste artigo refere-se ao período histórico de 2005 a 2014 por trazer em seu bojo a experiência docente dos primeiros passos como professor de História da escola pública, com anseios, gostos e desgostos referentes a escolha do livro didático naquele contexto histórico.

Portanto, nossa preocupação é entender o papel do livro didático no ensino de História, especificamente as temáticas relacionadas à História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana no 6º Ano do Ensino Fundamental II. Neste sentido, aborda-se a questão do Livro didático, apesar de reconhecermos que é um produto baseado nas leis de mercado, é acima de tudo uma ferramenta educacional.

2 Metodologia

Como corpus de análise, trataremos dos seguintes livros didáticos: *Nova História Crítica* (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Geração, 2002); *Projeto Araribá* (Editora Moderna, 2006); *História: Sociedade & Cidadania* (Alfredo Boulos Júnior, Editora FTD, 2009) e *Projeto Radix: História* (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012). Desta forma, ainda discutiremos o uso dos referidos livros na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Francisco Rafael Fernandes, situada no município de São Fernando-RN. Logo, faz parte da estrutura desta pesquisa entender o papel do livro didático de História na sala de aula, analisar o papel pedagógico dessa ferramenta, reconhecer os critérios de avaliação do MEC para a seleção dos livros didáticos de História e avaliar as temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira presentes nestes livros. Perseguindo tais objetivos, nos fundamentamos em Nadai (1992) que aponta:

A análise do manual escolar de História e de disciplinas correlatas é hoje uma das linhas de pesquisa que tem muitos seguidores no país. Do texto de Estudos Sociais evolui-se para o de História, identificando suas mazelas, os interesses explícitos ou aparentes, as ausências e presenças constantes, analisando-se, assim, a qualidade de seu texto e desvendando, sobretudo os compromissos e as vinculações do discurso histórico na escola, destronando, de uma vez por todas, a concepção da neutralidade da escola e da imparcialidade/objetividade do historiador (Nadai, 1992, p. 150).

No campo da educação, devemos entender que o Livro didático é uma ferramenta importante da organização do conhecimento. Embora, atualmente, recursos muito diversificados sejam utilizados no ensino de História, ainda assim o Livro continua sendo uma ferramenta fundamental e bastante utilizada por docentes e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Na condição de ferramenta concreta do passado, é fundamental que o livro seja bem escolhido e analisado, uma vez que, conforme revela Karnal (2010):

Existe o passado. Porém, quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é um homem do presente. Assim, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado (Karnal, 2010, p. 7).

A colocação feita por Karnal (2010) nos remete à consciência de que somos nós quem selecionamos os fatos históricos; então, há toda uma subjetividade na ação do recorte historiográfico. Em decorrência, todo professor precisa conhecer e avaliar o livro didático que

vai utilizar ao longo do ano com seus alunos. Paralelamente, o livro possibilita a promoção da inclusão social por meio de textos e atividades, quando bem propostos.

Por conseguinte, o conhecimento das ações humanas no decorrer do tempo é feito por meio de vestígios, marcas deixadas pelas diferentes sociedades. Contudo, os documentos não falam por si mesmos. Eles só falam quando são interrogados. Tal concepção, desenvolvida pela historiografia francesa, torna-se atual nos livros que utilizamos em sala de aula, principalmente, ao dar visibilidade aos excluídos da História. Na opinião de Bittencourt (2002), o livro didático:

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar. Essa sua característica de associar conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar (Bittencourt, 2002, p. 302).

Entretanto, o mercado editorial, muitas vezes, não tem compromisso com as questões educacionais. Em decorrência, muitas obras são reprovadas, por não atender aos critérios básicos do Programa Nacional do Livro didático (PNLD). Neste sentido, elencam-se a lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, como um dos pontos essenciais, atualmente, nos livros didáticos de História.

Partindo dessa real magnitude, avaliamos como os conteúdos voltados para os estudos da África e seus desdobramentos coloniais, observando o que a lei 10.639/03, depois modificada pela lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 estabelece. Assim,

A lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determinou a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” no currículo oficial da rede fundamental e médio, nas escolas públicas e particulares do Brasil. Neste sentido, o conteúdo programático relacionado a esta lei inclui a História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Outrossim, os conteúdos elencados têm especial atenção nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História. (Lei n. 10.639, 2003)

3 Resultados

A escola é o lugar primordial para a política afirmativa, logo deve haver no ambiente escolar um conjunto de medidas e ações buscando corrigir injustiças e a eliminação do

preconceito, havendo ampla inclusão social e promoção da cidadania. Desta forma, a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 são instrumentos legais que corroboram com a articulação de programas que visam o combate à discriminação racial e valorizam a diversidade étnica. Em decorrência, as citadas leis reforçam o princípio democrático da Constituição de 1988, no que se refere a um estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Enfim, as supramencionadas leis resgatam a contribuição histórica dos negros e indígenas na construção da sociedade brasileira.

O livro didático, necessariamente, independente da disciplina, deve estar isento de conteúdos racistas ou de intolerância religiosa. Desta forma, deve apresentar as contribuições das diversas etnias na formação cultural do povo brasileiro. No entanto, a distribuição do livro na rede educacional não garante a sua correta utilização, isto dependerá dos profissionais que irão manipulá-lo e fazer os recortes historiográficos necessários para sua correta utilização.

Ao longo da história o livro didático de História foi caracterizado por apresentar a visão do “outro” sobre as sociedades africanas. Desta forma, entende-se que somente através da educação podemos oferecer a todos os cidadãos a desconstrução de preconceitos raciais e dos mitos de superioridade plantados em nossas mentes, ao longo de nossa formação. Ao analisar o Livro didático, A. C. Silva (2005) revela que nesse instrumento pedagógico,

A humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (A. C. Silva, 2005, p. 21).

É importante notar que, atualmente, as escolas públicas têm no livro didático seu principal instrumento de trabalho, tornando-se o único meio de divulgação do conhecimento. Contudo, estes livros foram ao longo da História demarcados por uma visão estereotipada da população negra, onde as crianças negras eram inferiorizadas. Além disso, houve ao longo do tempo a política do branqueamento da população brasileira. No entanto, pode-se resolver esta problemática do apagamento da história negra solicitando aos alunos, por exemplo, que descrevam atividades exercidas pelas mulheres e homens negros que constituem na família, que moram próximo à sua casa ou em sua cidade. Neste sentido, A. C. Silva (2005) divulga:

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto rejeição ao seu grupo étnico/racial (A. C. Silva, 2005, p. 25).

A presença do negro nos livros foi marcada, historicamente, como escravo. Entretanto, é preciso romper com esta ideologia, tornando o afrodescendente visível, buscando contrastar a ideologia do branqueamento efetivada na sociedade brasileira. Em decorrência, percebe-se a falta de expectativa por uma grande parcela dos professores brasileiros em relação aos alunos negros. Ainda, de acordo com A. C. Silva (2005),

As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade (A. C. Silva, 2005, p. 26).

Ao longo da História do Brasil, ocorreu uma política oficial de embranquecimento da população brasileira. Por conseguinte, o Estado brasileiro investiu pesadamente em programas de imigração de europeus. Em decorrência disso, A. C. Silva (2005) anuncia que:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (A. C. Silva, 2005, p. 23)

É importante salientar que esse branqueamento está arraigado em nossa sociedade. Logo, somente com políticas públicas sérias poderemos romper com tais estereótipos. Assim, os próprios livros didáticos podem promover a exclusão se não foram manuseados corretamente pelo professor. Daí a necessidade de docentes qualificados para explorarem essas temáticas em sala de aula, mesmo que o livro não apresente. Isso mostra também a necessidade do exercício de cidadania do docente, sendo autônomo e tendo consciência de seu papel em sala de aula.

4 Discussão

O Programa Nacional do Livro didático (PNLD) de 2005 trouxe o parecer de professores, profissionais de instituições de ensino fundamental, médio e superior. Neste sentido, estes profissionais buscaram verificar se as obras possuíam algum tipo de problema, procurando entender as suas múltiplas possibilidades didáticas. Logo, para o PNLD 2005 foram inscritas 29 coleções, das quais apenas 22, com grande diversidade programática, foram

selecionadas. Nesse processo, a obra *Nova História Crítica*, do autor Mário Schmidt (Editora Nova Geração) foi escolhida, entre os diversos fatores positivos, porque:

A coleção propõe o estudo das transformações históricas da humanidade sob a ótica dos vencidos e valoriza a formação de alunos capazes de pensar a realidade de modo crítico. Há uma grande diversidade de fontes históricas e o texto didático oferece constantes questionamentos e problematizações que, se bem aproveitados pelo professor, podem gerar situações de aprendizagem com grande potencial pedagógica (PNLD, 2005, História).

A escola em tela segue os procedimentos de escolha do Livro didático determinados pelo PNLD. Neste sentido, em 2005 os professores adotaram o Livro *Nova História Crítica*, cujo autor é Mário Schmidt (Editora Nova Geração). Entretanto, de início, ao analisarmos a capa do livro já percebemos um enfoque tradicional da História, apesar de demonstrar uma imagem do Egito em sua apresentação. Paralelamente, o autor busca romper com a História Tradicional¹, no entanto, organiza sua obra sobre os pilares do Marxismo² e não dá espaço para a Nova História³ no tocante ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Contudo, os professores de História da escola não fizeram nenhuma discussão acerca dos pontos negativos do livro escolhido em 2005, antes de oficializar a escolha, e só perceberam esses pontos negativos à medida que foram usando o referido livro. Naquele ano a escola dispunha de três professores de História, sendo um professor para cada turno.

O PNLD 2008 – 2010 de História apresentou 19 (dezenove) coleções, sobre as quais o Guia do Livro didático traz a apresentação das imagens das capas da coleção, a sua referência e os comentários a respeito da obra, possibilitando considerar as características mais

¹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História versam sobre o conceito de História Tradicional anunciando que havia a noção que os documentos eram depositórios de verdades indiscutíveis, diretamente relacionadas com o real. Assim, os documentos por si só, na História Tradicional, são a verdade absoluta. Logo, a legitimidade histórica passaria pela prova documental. Portanto, ao historiador caberia o papel de transcrever os documentos de modo objetivo.

² De acordo com Queiroz na obra *Dicionário Prático de Pedagogia* (2003) o termo Marxismo refere-se a doutrina criada pelos filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), baseada no materialismo dialético, defende que a organização política e jurídica, a cultura e a religião são determinadas pelas condições econômicas. Assim, a luta de classes faria com que o proletariado realizasse a revolução que transformaria as sociedades comunistas, nas quais a propriedade seria um bem comum a todos, não existindo mais as classes sociais.

³ Segundo Burke (1992) a Nova História é a História que busca representar as formas de representação social e as estruturas mentais das sociedades. Neste sentido, há a busca de novos problemas, novas abordagens e novos objetos de estudo. Paralelamente, a visão subjetiva torna-se o centro das discussões. Buscando ultrapassar as barreiras da Política, delimitadas pela História Tradicional.

específicas de cada uma. Foram critérios de avaliação das obras dez pontos: Concepção de História; conhecimentos históricos; fontes históricas/documentos; imagens; metodologia de ensino-aprendizagem; capacidades e habilidades; atividades e exercícios; construção da cidadania; manual do professor e editoração e aspectos visuais. Entre estes pontos, o manual do professor é ainda um ponto que precisa ser efetivamente estudado pelos docentes no contexto escolar durante o período de escolha, pois muitos sequer analisam as obras oferecidas pelo MEC.

O livro didático *Projeto Araribá: História*, obra coletiva da Editora Moderna (2006) foi escolhido através do PNLD 2008-2010, mas é uma incógnita didática, pois traz em sua capa a imagem do Busto policromado da rainha Nefertiti, do acervo egípcio de Charlottenbrg, Berlim; no entanto é só imagem representativa, pois o corpo do livro não traz nenhuma referência a lei 10.639/2003, a não ser através de duas referências literárias: uma é a lenda africana da origem do ferro do autor Reginaldo Prandi e a outra é o mito de Isis e Osíris apresentado de autoria de T. G.H. James.

O livro didático *História Sociedade e Cidadania*, sob autoria de Alfredo Boulos Junior (2009), traz em seu cerne a lei 10.639/03 apresentando inúmeras imagens que estabelecem a discussão. De início, encontra-se na página 19, a imagem da cabeça de um obá (rei), Benin/Nigéria, século XVI, temos o conhecimento que este objeto está no museu britânico, Londres. Isso demonstra que muitas riquezas africanas foram levadas para os países europeus. Já, na página 21, o autor traz um resumo da lei 10.639/03, ressalta que as leis são importantes fontes para o conhecimento da História. Paralelamente, apresenta questões referentes à lei e sua importância para nós, cidadãos brasileiros.

Logo, há um claro objetivo de debater com os educandos o que a lei quer dizer, revisitando o papel do negro na história do Brasil. Por conseguinte, esta lei vem contribuir para um maior conhecimento da História da África, dos africanos e seus descendentes, cuja contribuição foi decisiva para a construção do Brasil. Desse modo, através da lei podemos combater o racismo, buscar o respeito às etnias e o estudo da matriz africana em nossa história e cultura. Em continuidade, na página 23, observa-se a Escultura de Figuras “Gêmeas”, com sua saia feita de conchas, da cultura Iorubá, povo que vive na Nigéria, África. Assim, a representação demonstra o entrelaçamento da História presente no livro com a temática afro, evidenciando a preocupação do autor em desvincular a cultura apenas dos padrões europeus. Nesse conteúdo, a leitura de imagens emerge de uma estratégia privilegiada no processo ensino-aprendizagem, na qual podemos perceber as nuances de uma imagem através do momento histórico em que foi produzida.

O autor Alfredo Boulos Júnior apresenta um menino de Gana na página 39, ilustrando o Capítulo 3: Sobre a origem do ser humano, baseando-se no arcabouço que as crianças são diferentes entre si. Assim, na página citada o autor apresenta imagens de 6 (seis) crianças de diversas etnias, revelando que todos somos diferentes quanto à aparência, aos trajes, ao jeito. Mas, a base conceitual é que, apesar dessas e de outras diferenças, sabe-se que todos pertencem a uma única espécie: a espécie humana. Em decorrência, os objetivos gerais do ensino de História são elencados neste ponto, pois conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas mais diversas manifestações.

Vale salientar que Boulos Junior, estrategicamente, traz diversos textos históricos. Neste sentido, na página 67 há um relato do texto: o ferro em um mito Iorubá, no qual existe uma clara possibilidade de crítica aos documentos, procedimento pertinente ao método histórico, além disso, possibilita ao aluno desenvolver um olhar crítico e aperfeiçoar-se como leitor e produtor de textos históricos. Assim, através do texto aluno poderá formar uma ideia do impacto da metalurgia do ferro na história. Paralelamente, ao longo do Capítulo 7, encontramos a história do Egito. Desta forma, o referido capítulo nos remete a correta localização do Egito na África, não na Europa, como muitos imaginam. Concomitantemente, destaca a relevância dos camponeses e escravos naquela sociedade. Em seguida, o autor lança um perfil do cotidiano dos egípcios. Já, o capítulo 8, intitulado a Núbia e o Reino de Kush, por meio do qual existe destaques importantes da cultura afro. Assim, na abertura do capítulo há referência a Escola de Samba Salgueiro, que em 2007 fez uma homenagem às rainhas mães- negras. Essas rainhas são tratadas como Candace, título dado à rainha Mãe no reino de Kush (Núbia). Por conseguinte, os alunos são preparados para compreender o papel da mulher em algumas sociedades da África antiga, inclusive a busca da compreensão do conceito de matriarca, com base nos estudos do historiador senegalês Cheik Anta Diop, em que o matriarcado é definido não como uma dominação da mulher sobre o homem, mas como divisão de responsabilidades e privilégios entre mulher e homem.

O primeiro subtítulo do capítulo é “Núbia berço da civilização na África”, em que se percebe a localização desse reino e sua relação com o Egito. Paralelamente, o segundo subtítulo: “Os primeiros Tempos”, referem ao início da história da Núbia e sua demarcação por atividades primárias. Já o terceiro subtítulo: “Características do reino Kush”, aponta para o papel da mulher na política. Em decorrência, observa-se a forma de escolha do rei Cuxita e o papel da guarda permanente para protegê-lo. Já, em “Candace, a mulher na política”, o autor destaca a inter-relação entre o governo das mulheres e a longa duração de Kush. Por fim, há uma análise da economia da região, merecendo destaque a citação de Boulos Junior (2009):

O solo cuxita era riquíssimo em metais, como o ouro e o ferro, e pedras preciosas, como o rubi. Escavações recentes em Méroe revelaram templo e muros folheados a ouro. Os governantes cuxitas exerciam rígido controle sobre a extração e o comércio de minérios, garantindo com isso seus rendimentos e poder. O ouro cuxita era usado no comércio com o Egito e com Roma. Quanto ao ferro, é provável que Méroe tenha sido o lugar a partir do qual se difundiu o conhecimento da fusão e do manuseio desse metal na África (Boulos Júnior, p. 132, 2009).

Enfim, no tópico: “República do Sudão”, tem-se a caracterização deste antigo reino de Kush e relatos da realidade atual do Sudão. Em destaque, a partir de 1993, a produção de petróleo e seu crescimento acelerado deram enorme impulso à economia local. Portanto, durante muito tempo, a África e os africanos foram representados de forma estereotipada ou apenas pontual, nos livros escolares de História brasileiros, mas a lei 10.639/2003 veio mudar esta realidade, obrigando os autores a se adaptar a este arcabouço jurídico. Vale salientar que diversos livros escolares ainda trazem a imagem distorcida da África e dos afrodescendentes, pois não consideram a história local, contribuindo para discriminação racial na escola, o que certamente afeta a autoestima e o desempenho do estudante afro-brasileiro.

O autor Cláudio Vicentino apresenta ao longo do livro didático “Projeto Radix: História”, diversas imagens relacionadas a temática da História da África. De início, através do Capítulo 1: Que História é Essa?, busca trabalhar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do conceito de História; ampliando-o e resignificando-o. Depois, apresenta imagens de capas de livros infanto-juvenis, entre eles o Livro “O segredo das tranças e outras histórias africanas”, da Editora Scipione, demonstrando que a literatura africana está ganhando mercado no Brasil. Paralelamente, na seção “Fique Ligado”, p. 25, do Capítulo 2: A Pré-História traz à tona os conceitos presentes na divisão da pré-história correlacionando o preconceito que existe acerca das nações africanas, para ilustrar traz a imagem de uma escultura africana, atualmente resguardada na Galeria Antenna, Dakar, Senegal.

A seção “Trabalhando com documentos” do Capítulo 2: A Pré-História, página 41 analisa uma pintura rupestre de 3.000 a.C., feita em uma caverna em *Tassalin-Ajjer*, na África, apresentando a sua composição e os elementos nela presentes. Além disso, reforça a ideia de que a vida humana surgiu no continente africano, incentivando os alunos a descreverem o que veem, discutir e a chegar a um consenso sobre a opinião do grupo. Paralelamente, busca apresentar um cerco aos animais na imagem, tendo como objetivo mostrar que o mesmo documento pode ter múltiplas interpretações. Em decorrência, cada aluno irá levantar suas próprias hipóteses para “explicar” os elementos da imagem. Sendo que

nessa fase do aprendizado de História, está relacionado ao trabalho com documentos, cujo objetivo é o exercício da observação.

O Capítulo 5: A Civilização Egípcia tem em sua apresentação o estudo das civilizações, objetivando levar os alunos a perceberem, com as limitações próprias da idade, a complexidade das primeiras civilizações. Ao mesmo tempo, traz uma imagem panorâmica do Rio Nilo e suas margens. Neste sentido, demonstra a importância do Rio Nilo para a civilização egípcia, revelando que as cidades que surgiram ao longo do Rio eram espaços em que novas atividades passaram a ser exercidas. Lá, se concentravam as construções públicas, o comércio e a sede do governo. Ao longo do Capítulo 5, o autor traz tópicos importantes para a compreensão da historiografia: O que é uma Civilização? A Origem da Civilização Egípcia; Uma Hipótese sobre o Surgimento do Estado no Egito; A Divisão Social e a Economia no Egito Antigo; Os Períodos da História do Egito e Religião, Ciência e Arte. Em decorrência, os referidos tópicos buscam fazer com que o aluno ao final do capítulo possa entender as noções básicas do conceito de civilização; Identificar características que compõem o conceito de Estado; Conhecer as principais características da organização econômica e social do Egito Antigo e Entender a importância da Religião no Egito Antigo.

Na Seção “Trabalhando com Documentos”, da página 95, Claudio Vicentino apresenta uma pintura feita no século XIII a.C, numa tumba egípcia de um funcionário chamado *Senedyén*, em Tebas. Por conseguinte, o citado autor tenta, através da imagem, mostrar para os alunos que os egípcios acreditavam que viveriam após a morte de maneira semelhante à vida terrena, esperavam levar consigo os bens materiais. A pintura representaria, assim, a propriedade que este egípcio queria levar consigo.

É importante notar o papel que o MEC tem, enquanto analisador e distribuidor dos Livros Didáticos, pois somente obras criteriosamente selecionadas pelos técnicos do MEC chegam às escolas públicas. Assim, a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras passa também pelo papel primordial do Ministério da Educação. Neste sentido, o Plano Nacional de Educação, aprovado através da lei 13.005 de 25 de junho de 2014, traz em sua Meta 7: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as médias nacionais para o Ideb, através da estratégia 25, busca garantir que estabelece a Lei 10.639/03 na década de 2014-2024”. Logo, para a efetivação do que está posto na Lei precisamos do apoio de todos os profissionais da educação, pois não é somente o professor que educa, mas toda a comunidade escolar, desde os pais até os próprios alunos.

5 Considerações Finais

O livro didático é alvo de críticas, pois é apontado como cabedal de um ensino tradicional. No entanto, cabe ao professor escolher o melhor livro didático, porque o livro é um meio didático para o ensino e não um fim. Neste sentido, o livro didático de História está no cerne desta discussão, por ser visto como divulgador, em muitos casos, de conteúdos conservadores e preconceituosos. Mas, ao longo da história, percebemos mudanças estruturais nas obras de História. Diante de enormes críticas, os autores vêm buscando a cada obra apresentar atividades variadas, como o uso de letras de músicas, imagens, filmes, entre outros. Além disso, há uma gama de livros paradidáticos escritos por especialistas, que apresentam um aprofundamento sobre as temáticas presentes nas obras didáticas. Nesse sentido, cabe ao professor escolher o livro didático que se adeque melhor à sua realidade.

O professor de História traz consigo a tarefa de adotar ações de despojamento de preconceitos e permanente análise de certos métodos. Desta forma, há enormes esforços para se mudar a prática docente, em muitos casos através dos cursos de licenciatura mais dinâmicos em outros, pós-graduações mais abrangentes. Entretanto, alguns cursos de licenciaturas concentram-se mais nas teorias, assemelhando-se ao bacharelado, esquecem que estão formando professores. Em decorrência, grande parte dos docentes reproduz em sala de aula o que adquirem de seus professores nas universidades. É importante notar que, ao longo dos cursos universitários, a maioria dos professores não recebe a formação adequada para lidar com a problemática da diversidade e as manifestações de discriminação resultantes. Em decorrência disso, ainda somos produtos de uma educação eurocêntrica, onde há a reprodução consciente e inconsciente de preconceitos que permeiam nossa sociedade. Assim, percebe-se que a maioria dos livros didáticos estão cheios de preconceitos, cabendo aos professores, romper com a ideia da História das sociedades africanas contada pelos europeus e buscar fontes locais ou desvinculadas do eurocentrismo.

O avanço, nessas discussões no contexto escolar se deve também ao fato de dois professores de História estarem em processo de formação continuada através do curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Enfim, há, atualmente, um debate transformador no município de São Fernando – RN acerca da lei 10.639/03 e seus enlaces pedagógicos. De tal modo, os primeiros passos estão sendo dados para a transformação da sociedade, pois este aprofundamento está contribuindo para um melhor ensino de História e ensino e aprendizagem cidadã dos alunos.

Referências

Bittencourt, C. M. F. (2002). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. (6a ed.). São Paulo: Contexto (Coleção Repensando o Ensino).

Bittencourt, C. M. F. (2009). *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. (3a ed.), São Paulo: Cortez. (Coleção Docência em Formação: Série Ensino Fundamental).

Brasil (2005). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Edital PNL D*.

Brasil (2008). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Edital PNL D*.

Brasil (2010). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Edital PNL D*.

Brasil (2011). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC, SEEF, 114 p.

Brasil (2014). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Edital PNL D*.

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. (2016). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Boulos Junior, A. (2009). *História: Sociedade & Cidadania*. São Paulo: Editora FTD.

Burke, P. (org.). (1992). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.

Karnal, L. (Org.) (2010). *História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e proposta*. (6a ed.), São Paulo: Contexto.

Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da

Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm

Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n o 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Recuperado de http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/educacao/Lei_n_11.645-2008_altera_lei_Hist_Africa.pdf

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Nadai, E. (1992/1993). O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 13(25/26), set 92/agosto93, 143-162. Recuperado https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596

Projeto Araribá (2006). *História*. São Paulo: Editora Moderna.

Queiroz, T. D. (2003). *Dicionário Prático de Pedagogia*. São Paulo: Rideel.

Schmidt, M. F. (2002). *Nova História Crítica*. São Paulo: Editora Nova Geração.

Silva, P. B. G. (2005). Africanidades brasileiras. In K. Munanga (Org.). *Superando o Racismo na escola*. (2a ed.), Cap. 9, 155-172. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Silva, A. C. (2005). A desconstrução da Discriminação no Livro didático. In k. Munanga (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. (2a ed.). Cap. 1, 21-37. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Vicentino, C. (2012). *Projeto Radix: História*. São Paulo: Scipione.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

João do Carmo Dantas Filho – 100%